

A BUSCA DO ANTIGO



ORGs.

Claudia Beltrão da Rosa
Juliana Bastos Marques
Adriene Baron Tada
Norma Musco Mendes

NAU
EDITORA

A busca do antigo, que aqui se entende como Antiguidade, é também uma busca de nós mesmos, a partir da perspectiva de um norte em que encontraríamos uma parcela fundamental de nossa identidade. Esta obra desvela uma trajetória em que pesquisadores – sobretudo do campo da História, responsável pela vanguarda teórica nas chamadas “ciências humanas” – envidam todo um instrumental nessa verdadeira arqueologia do simbólico.

O destino deste volume é inscrever-se imediata e definitivamente nas bibliografias dos cursos que se dedicam à Antiguidade, não só como o aprofundamento necessário aos estudos da História Antiga, uma área em evidente ascensão em nossa pátria, mas também como complemento imprescindível para o aprimoramento teórico daqueles que se dedicam ao conhecimento das culturas antigas pelo viés filológico.

O Grupo de Trabalho de História Antiga da Associação Nacional de História oferece, portanto, à comunidade acadêmica lusófona o ensejo de contemplar o manuseio de dados legados por uma Antiguidade que aprendemos a chamar de nossa, compreendido por profissionais dos quais nossas Universidades devem se orgulhar.

A BUSCA DO ANTIGO

Claudia Beltrão da Rosa
Juliana Bastos Marques
Adriene Baron Tacla
Norma Musco Mendes

organizadoras

VII ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO
DE HISTÓRIA ANTIGA (GTHA/ANPUH)

30 de agosto a 3 de setembro de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

© GTHA/ANPUH
Grupo de Trabalho de História Antiga da Associação Nacional de História

Coordenação Nacional
07/2009 – 07/2011
Claudia Beltrão da Rosa
Juliana Bastos Marques

© **NAU Editora**
Rua Nova Jerusalém, 320
CEP. 21042-235 Rio de Janeiro RJ
FONE [55 21] 3546 2838
contato@naueditora.com.br
www.naueditora.com.br

Editoras: *Angela Moss e Simone Rodrigues*

Revisão: *Miro Figueiredo*

Projeto gráfico: *Mariana Lobo*

Capa: *Medéia e as Peliades*. Relevo em mármore. Cópia romana de original grego, ca. 420/10 a.C. Museu Pergamon, Berlim.

Conselho editorial: *Alessandro Bandeira Duarte, Claudia Saldanha, Cristina Monteiro de Castro Pereira, Francisco Portugal, Maria Cristina Louro Barbara, Pedro Hussak, Vladimir Menezes Vieira*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A Busca do Antigo / (org.) Claudia Beltrão da Rosa... [et al.]. - Rio de Janeiro : Trarepa : Nau, 2011.
280p. : il. ; 21 cm

“VII Encontro Nacional do Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA/ANPUH) - 30 de agosto a 3 de setembro de 2010, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO”

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-85936-92-1

1. História antiga - Congressos. 2. Brasil - Antiguidades - Congressos. 3. Arte e história - Congressos. I. Rosa, Claudia Beltrão da. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Grupo de Trabalho de História Antiga.

11-2104.

CDD: 981.01

CDU: 94(81)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) sem permissão escrita da Editora.

1ª edição: 2011 - Tiragem: 1000 exemplares

ROMA E IBÉRIA OCIDENTAL: DUAS MUNDIVIDÊNCIAS EM CONTATO ¹

José d'Encarnação • CEAUCP – Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO: A HISTÓRIA É OBJETIVA?

Foi-me lançado um desafio pela doutora Norma Musco Mendes: “O amigo ministraria um minicurso sobre a religiosidade celta e o impacto da conquista romana na Lusitânia, ou algo parecido?”.

Respondi que poderia fazer, mas algumas dúvidas me assaltavam acerca do verdadeiro significado da expressão “religiosidade celta” e, por isso, proporia uma reflexão sobre o tema.

“A sua ideia de dar uma forma interativa ao minicurso é excelente” – retorquiu-me aquela investigadora do Laboratório de História Antiga da UFRJ, entidade coorganizadora do Encontro, que acrescentou:

“Procure sempre exemplificar com questões que envolvam a cultura celta. Há muito interesse sobre os celtas. Está, também, muito em moda por aqui a análise de questões ‘nativistas’ no âmbito de uma experiência imperialista, de um mundo pós-colonial e globalizado.”

Ligado a um projeto de investigação liderado por investigadores da Europa Central, uma Europa ainda saudosa (diria eu...) daqueles tempos idos em que – reza a História – cavaleiros errantes se lançaram

1 Integrei neste texto, em síntese, alguns dos temas abordados no minicurso que, a convite da Comissão Organizadora, tive o privilégio de proferir, de 30 de agosto a 3 de setembro de 2010, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), integrado no VII Encontro Nacional do Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPHU – *A Busca do Antigo*. Uma atividade enquadrada, portanto, na investigação por mim levada a efeito como membro do grupo “Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages”, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade de Investigação 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia). Agradeço às doutoras Cláudia Beltrão e Norma Musco Mendes tão amável convite então formulado e, agora, a possibilidade de verter para as atas estes apontamentos.

sobre a pesada estrutura organizada e florescente do Império romano e a lograram dominar pela força das armas, projeto que se designa precisamente FERCAN – *Fontes Epigraphici Religionum Celticarum Antiquarum* – em que se procura esmiuçar o que há de “céltico” nos cultos e nos teónimos pré-romanos, compreendi o que se pretendia. Na verdade, tendo nascido num país, Portugal, cuja população e cuja mentalidade resulta da mistura, ao longo de milênios, de gentes das mais ‘desvairadas partes’ – para usar uma expressão cara a Fernão Lopes² – eu tenho, por educação, alguma dificuldade em atribuir a uma ‘raça’ o predomínio sobre a outra. E, em resposta, procurei timidamente saber se poderia analisar esse ‘embate’ entre os romanos e os outros povos com que eles entraram em contato, referindo-me à política, à sociedade e às manifestações religiosas, destringendo, neste último parâmetro, as divindades indígenas das divindades ‘clássicas’.

A proposta foi bem aceita:

“Será ótimo exemplificarmos com dados concretos aquilo que os ‘grandes’ cientistas sociais ficam somente no *blá, blá, blá!* Sim, nativos ou indígenas ou locais x colonialistas. Analisaremos a mistura, a ambiguidade, a formação de culturas híbridas, ou seja, um ‘terceiro espaço’ ou uma cultura global.”

O desafio era enorme para a minha capacidade, tanto mais que acabara de ser publicada uma síntese do que se conhece sobre a Península Ibérica ao tempo dos romanos, fruto da longa investigação levada a efeito por Patrick Le Roux. O livro é sugestivamente intitulado *La Péninsule Ibérique aux Époques Romaines*,³ significando o uso deste plural a atitude metodológica adotada pelo autor e que assim se resume no texto de apresentação da contracapa:

“Attentif aux progrès des recherches dans toutes les disciplines concernées et aux évolutions historiographiques, le contenu essaie de se tenir à distance des notions telles que conquête, impérialisme, unité,

2 No prólogo da Crônica de D. Fernando, ao referir-se a Lisboa e ao seu porto, escreve o cronista: “E por tanto vinham de desvairadas partes muitos navios a ela, em guisa que, com aqueles que vinham de fora e com os que no reino havia, jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos e quinhentos navios de carregação.”

3 LE ROUX, Patrick. *La Péninsule Ibérique aux Époques Romaines*. Paris: Armand Colin, 2010.

romanisation, régionalismes, métissage, romanité, identité provinciale, autoreprésentation”,⁴ noções que o autor considera inadequadas nesta análise, porquanto podem refletir (e refletem!) esquemas mentais que certamente não estavam presentes nessas recuadas épocas.

Mas é curioso também que dê grande importância à cronologia, pois escreve: “L’histoire narrée et commentée ici épouse le temps, la chronologie pour mieux dissocier les phases et les périodes, pour mieux souligner la richesse et le polycentrisme de passés péninsulaires toujours renouvelés, pour mieux rendre compte des décalages et des discontinuités.”⁵

Confesso que me invadiu uma certa perplexidade, depois de haver estudado noções como a importância da análise a longo prazo, a diferença entre o tempo real, o tempo psicológico e o tempo das múltiplas; depois de, no observado cotidiano das gentes das mais variadas partes do mundo e a influência das modas e dos *media* (que outros seriam em tempos recuados, mas que existiriam também)... Afastar ou ter em menor conta noções como “romanização”, entendendo muito embora que o termo pode significar o domínio do “romano” sobre o “não romano”... não há meio de sairmos daí a não ser aplicando um vocábulo que reúne as minhas preferências, “aculturação”, para significar a permeabilidade entre os hábitos, os modos de pensar e de agir, uma palavra que aprendi nos estudos de Etnologia Geral, na linha da pesquisa pioneira de Jorge Dias (1907-1973) e na sequência do que, em terras brasileiras, ao falar-se de índios e de colonos, o grande Gilberto Freyre (1900-1987) preconizava também. Equiparava-se, então, a miscigenação à mestiçagem, embora essas se situem no campo antropológico, digamos assim, de mescla de raças, enquanto aculturação se enquadra no ambiente mais vasto de todo o universo mental e suas manifestações.

4 Traduzindo: “Atento aos progressos das investigações em todas as disciplinas concernentes e às evoluções historiográficas, o conteúdo procura manter-se à distância de noções tais como conquista, imperialismo, unidade, romanização, regionalismos, mestiçagem, romanidade, identidade provincial, autorrepresentação.”

5 “A História aqui narrada e comentada desposa o tempo, a cronologia, para melhor dissociar as fases e os períodos, para melhor sublinhar a riqueza e o policentrismo de passados peninsulares continuamente renovados, para melhor dar conta das rupturas e das descontinuidades.”

Interroguei-me, pois: será a História uma disciplina objetiva? Terá direito a figurar, como vimos preconizando, no domínio das “ciências”, entendendo por essas um conjunto de normas que, aplicadas em determinadas circunstâncias, produzem sempre os mesmos efeitos? Não estão os investigadores à mercê das ideologias dominantes? E, de caminho, outra questão – velha de décadas... – se põe: “A História repete-se?” como que obedecendo às leis da Física? Não, não há, de fato, repetibilidade possível, como eu não sou capaz de dar duas aulas iguais, porque teria sempre presente (mais não fosse) a ideia clara de que me estava a repetir...

Por exemplo, as visões da História Antiga, “a busca do Antigo”, tema do nosso encontro de reflexão, foram sempre norteadas pelos mesmos princípios norteadores?

Na Idade Média, período em que, no Ocidente, predominava uma mentalidade judaico-cristã, gregos e romanos, idólatras e politeístas, teriam de ser encarados como antagônicos. As esculturas, decapitadas; os livros, ‘censurados’ no que ferisse suscetibilidades da moral cristã...

No Renascimento, ao contrário, os ideais estéticos e, até, políticos, tiveram enorme repercussão. E, então, no período neoclássico, todos os cânones romanos foram aceites sem reservas. Não nos admiramos que o pedestal da estátua a D. Maria I, em Queluz, da segunda metade do século XVIII, tenha legenda em latim e a rainha se apresente como PIA · FELIX · AVGVSTA, à imitação das dedicatórias aos imperadores romanos do século III, onde esses adjetivos constituíam saudação normal, quase propiciatória, porque designações assim seriam sempre de muito bom agouro. E não nos admiramos também que, em Perúgia, uma placa de 1780 assinale a dedicatória de uma cúria *aere conlato*, como rezavam as inscrições romanas, ou seja, “por subscrição pública”, *numini maiestatique Pii VI pont(ificis) max(imi)*, “ao númen e à majestade do sumo pontífice Pio VI”, terminologia perfeitamente copiada das dedicatórias aos imperadores romanos do século III em diante, a partir do momento em que o Imperador deixou de ser o *primus inter pares* para se arvorar em *dominus*, “senhor”, de poder recebido do Além, porque outras justificativas não poderia invocar, dado

que havia sido a força das armas que no trono o haviam colocado: a religião servia, pois, de excelente apoio. Uma inscrição de *Ossonoba*, atual Faro, no sul do território português,⁶ ao imperador Aureliano (214-275), exemplifica claramente o uso desse tipo de formulário:

IMP ♥ CAES
 L ♥ DOMITIO
 AVRELIANO
 PIO ♥ FEL ♥ AVG
 P♥M♥T♥P♥P♥P♥
 II ♥ COS ♥ PROC
 R ♥ P ♥ OSSONOB
 EX DECRETO
 ORDIN
 D ♥ N ♥ M ♥ EIVS
 D ♥ D

A respublica Ossonobensis declara-se, aqui, *devota numini maiestatique eius* e o uso de siglas evidencia ser essa uma fórmula habitual, bem compreensível para o comum dos leitores. E o Imperador, além de *pontifex maximus* (título que também surge em siglas, na linha 5), é *pius felix augustus!*.

O terremoto de 1755 em Lisboa tivera, na verdade, também repercussões culturais importantes, porque a Europa – e o mundo – rapidamente percebeu que, de um momento para o outro, relevantes legados e monumentos estavam ao sabor dos elementos e poderiam desaparecer num ápice. Os movimentos de recuperação e salvaguarda do passado, inclusive do passado mais antigo – urgia não descurar as “raízes” para que a árvore das nações e dos impérios não viesse a soçobrar... –, surgiram por toda a parte, consubstanciados na criação de academias, por exemplo. Em Portugal, o Marquês de Pombal, ministro de el-rei D. José I, para além do esforço de reconstrução da capital, ordenou a todos os párocos que respondessem a minucioso inquérito,

6 Cf. ENCARNAÇÃO, José d'. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização* (= IRCP). Coimbra, 1984, inscrição nº 4.

em que se deveria escrever com a maior minúcia tudo o que de significativo havia na história e na tradição locais. As chamadas *Memórias Paroquiais*, hoje publicadas e comentadas em praticamente todos os concelhos⁷ portugueses, revelam-se fecundo manancial informativo.

Recorde-se que é em 1772 que se inicia, pela mão de Diderot e d'Alembert, aquela que é considerada a primeira enciclopédia moderna, a *Encyclopédie*, concebida precisamente como um “dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers”, síntese organizada de todos os saberes. E não admira que um quadro a óleo mostre o marquês Cipião Maffei que, em visita a Nîmes em 1732, contempla com enorme curiosidade os monumentos epigráficos romanos em que a cidade era muito rica.

Em meados do século XIX, assume a História o estatuto de ciência e os romanos ganham novo relevo, até porque, no Centro da Europa, sempre houvera a pretensão de se assumir a herança do Império Romano e a criação do Sacro Império Romano-Germânico consubstancia esse desejo, aliando-o a aspectos de Antropologia Física, raciais, de confronto. Daí tinham vindo os valorosos celtas, altos, loiros, de olhos azuis... e a Academia das Ciências de Berlim não hesitou em mandar estudar os aspectos institucionais dos Romanos, de certo modo para responder à pergunta “Como é que se manteve durante tanto tempo tão grande Império?”, e como é que nós, agora, poderemos ressuscitá-lo?

As duas guerras misturaram motivações, puseram em causa teorias e, passadas as maiores consequências da segunda, nos anos 1950 e 1960, preferiu-se uma análise mais globalizante da História, os processos de longa duração, recuperando-se o preconizado pela chamada “Escola dos *Annales*”, que, embora fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, só então começa a ganhar foros de maior projeção, deixando de parte a visão positivista da história como narrativa sequencial de acontecimentos (*histoire événementielle*), para melhor tudo se compreender.

7 “Concelho” é uma unidade de divisão territorial e administrativa semelhante a “município”. Nota do Editor.

Lucien Fèbvre (1878-1956),⁸ Henri-Irénée Marrou (1904-1977),⁹ Jacques Pirenne (1891-1972) e a sua *História Universal* (1945-1956) consagram-se como alguns dos vultos por que se pautaram os estudos históricos do Ocidente europeu até meados da década de 1970, quando o espírito de síntese, a perspectiva de uma História e de uma sociedade em ciclos, como o dos seres vivos – com nascimento, crescimento, apogeu, morte e renascimento... – inspiraram, por exemplo, a obra *Um Estudo de História (A Study of History)*, de Arnold Toynbee (1889-1975).

Veio a gloriosa (permitam-me que assim a designe) década de 1960, com todo o seu cortejo revolucionário, a ideia de que o Povo não são os grandes homens e estes nada são sem aquele, a “equipe” é fundamental. E os meios de comunicação introduzem a ‘globalização’, vivemos num mundo que ultrapassa a nossa rua, a região, o País... E essa globalização – o Grande Poder, o *Big Brother* sublimemente profetizado por Georges Orwell (1903-1950),¹⁰ as armas e a sua força... –, se determina identidades a nível geral (as calças *jeans* são usadas no mundo inteiro...), provoca, por outro lado, o incremento das identidades locais e o conseqüente apoio à História Local e Regional, o surgimento das teorias “nativistas” atrás referidas. Ao “todos os animais são iguais, mas há uns que são mais iguais que outros”¹¹ sucede o slogan “Todos iguais todos diferentes”.

Teremos, assim, uma História fragmentada, qual manta de retalhos? Creio que não, pois é a partir desses ‘retalhos’ locais que melhor se vai compreendendo o contexto geral e, hoje, é mais curto o ciclo análise-síntese, demora-se menos na trilogia hipótese/tese/antítese da dialética hegeliana...

E assim somos chegados ao tema que nos alicia: “Roma e Ibéria ocidental: duas mundividências em contato”, na certeza de que a forma como o vamos abordar é devedora de todas as tendências histó-

8 *Combates pela História* (1952).

9 *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*. Paris, 1948; *De la connaissance historique*. Paris, 1954; *Décadence romaine ou antiquité tardive?*. Paris, 1977.

10 No romance *1984*, publicado em 1949, mas de que só há pouco tempo se compreendeu o seu real alcance.

11 É ainda Georges Orwell, no seu *Animal Farm* (em português, *A Quinta dos Porcos*), 1945.

ricas atrás mencionadas, filha, portanto, da mentalidade hodierna, de um português perante a realidade do Brasil e, de um modo geral, dos PALOPS, “o mundo que o Português criou”, para nos revermos, de novo, em Gilberto Freyre (1940).

A POLÍTICA ‘TERRITORIAL’ ROMANA

Vamos deixar de lado os aspectos políticos da conquista romana da Península Ibérica, já muito contados; até porque a fonte exclusiva é, quase sempre, a das narrações transmitidas pelos historiadores de então, boa parte deles desconhecedores da realidade, ecos mais ou menos fiéis do que ouviam dizer.

Interessar-nos-ia mais, nesse âmbito, a luta de guerrilha entre romanos e lusitanos, seja quando foram chefiados por Viriato,¹² seja depois, por Sertório.¹³ Contudo, também esses aspectos militares têm sido bem escalpelizados e não vêm ao caso, uma vez que as “mundivídências” bélicas se regem por parâmetros a que, geralmente, apenas os fatores econômicos não são alheios, todo o resto o é.

Assim, um olhar sobre a política territorial é suscetível de melhor nos fazer compreender como o relacionamento se deu. Os marcos indicadores de limites de povos, por exemplo. Não dos povos com letra maiúscula, que vêm nos livros; mas os povos ‘miúdos’, dos territórios pequenos da sua sobrevivência, que lutam pelos pastos, pelo usufruto de uma linha de água... Aí se vê – e temos já boa documentação a esse respeito¹⁴ – como a administração romana minuciosamente se debruçava sobre as comunidades locais e lhes respeitava os interesses.

12 Veja-se uma das últimas biografias deste chefe militar: PASTOR MUÑOZ, Mauricio. *Viriato (O herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.

13 Ver, entre outros, ENCARNAÇÃO, José d'. Sertório, general romano: guerrilheiro e mito?. CEAMA [Almeida] 3, p. 98-105, 2009 (versão inglesa: p. 106-109), com bibliografia atualizada. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/10763>.

14 Citemos dois: FATÀS, Guillermo. *Contrebia Belaisca* (Botorrta, Zaragoza) – II – *Tabula Contrebiensis*. Zaragoza, 1980 [recensão em *Conimbriga*, 23, p. 221-223, 1984]; BELTRÁN LLORIS, Francisco. An irrigation decree from Roman Spain: The *Lex Rivi Hiberiensis*. *The Journal of Roman Studies*, XCVI, 2006, p. 147-197.

Quando numa penedia (fig. 4) lemos,¹⁵ em letras datáveis do século I:

PAISICAICOI
HAC FINIS

e percebemos que ali se registra o limite – *hac finis*, “esta é a fronteira” – de um povo de que, até ao momento, ainda não ouvimos falar, ainda por cima identificado numa língua latina que diríamos ter ecos do grego (pela terminação em *-oi*), entendemos o que foi a inteligente sensibilidade de um contato em que as regras preexistentes deveriam ser preservadas, acauteladas e garantidas.



Figura 4: Inscrição rupestre, em Corgas, concelho de Vouzela, indicativa de um terminus.

Nesse âmbito, temos também documentos mais oficiais, como este:

15 Ver, por exemplo, para esse tema em geral, ENCARNAÇÃO, José d'. Mesurer le temps, mesurer l'espace dans la *Lusitania* romaine. In: ANGELI BERTINELLI, Maria Gabriela e DONATI, Angela (Coords.). *Misurare il Tempo Misurare lo Spazio* (Atti del Colloquio AIEGL – Borghesi 2005) [Bolonha, 20-23.10.2005], Faenza, 2006, p. 79-95 [Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/12757>]. Para esta inscrição em particular, cuja leitura e interpretação têm sido alvo de polémica, cf. uma versão ligeiramente diferente da que eu apresento: VAZ, João L. Inês. Epigrafia rupestre e *populi* da Serra do Caramulo na época romana. In: PACI, Gianfranco (Coord.). ΕΠΙΓΡΑΦΑΙ – *Miscellanea Epigraphica in Onore di Lidio Gasperini*. Roma, 2000, p. 479-486 [p. 482-484].

IMP CAESAR AVG PONTIFEX
 MAX TRIB POTEST XXIII COS XIII
 PATER PATRIAE TERMINVS AVGVSTALIS
 INTER LANCIENSES ET IGAEDITANOS
 ESTE LETREIRO ESTAVA FEITO NO AN...

A última linha (compreende-se) mostra que estamos perante a cópia de um letreiro original romano e houve a preocupação (era habitual no século XVIII) de indicar que o letreiro fora encontrado (“estava feito”) em ano cuja identificação os maus tratos infligidos à pedra, mormente quando da sua reutilização, acabaram por destruir. Trata-se, porém, de uma intervenção oficial do imperador Augusto, na fixação da fronteira entre os *Lancienses* e os *Igaeditanos*, certamente por via do seu legado provincial (não mencionado), no período 4-5 d.C., precisamente quando se inicia a organização do território recém-conquistado.¹⁶

O CULTO IMPERIAL EM SALACIA

Cabem no âmbito da política o que poderíamos designar de “os subterfúgios do culto imperial”, atendendo, de modo especial, ao fato de, desde cedo, esse culto ter assumido uma orgânica local. Poderá sempre discutir-se se a iniciativa partiu dos locais ou se foi inspirada por personalidades influentes a nível provincial, por exemplo. Nunca o saberemos; e mesmo que haja indícios de que, aqui e além, uma personalidade marcante usou dos seus ‘pergaminhos’ para o conseguir, tal atitude não pode considerar-se, sem mais, generalizada.

Atentemos no bloco arquitetônico, muito provavelmente destinado a lintel de templo, em *Salacia* (a atual Alcácer do Sal). A inscrição que ostenta (IRCP 184) diz que foi consagrado (o templo, subentendendo-se) por Vicano, filho de Búcio, um indígena, ao imperador Augusto, cujas “qualidades” religiosas aí vêm identificadas por extenso. Nada mais se sabe desse Vicano, cujo nome também não é significativo de

16 Ver GUERRA, Amílcar. Sobre o território e a sede dos *Lancienses* (*Oppidani* e *Transcudani*) e outras questões conexas. *Conimbriga*, XLVI, 007, p. 161-206, com mais bibliografia.

qualquer importância em nível local: vicano é, na linguagem corrente, o habitante do *vicus*, pequeno aglomerado populacional comparável a uma aldeia, nada mais. Ora, acontece que a palavra final do texto epigrafado é *sacrum*, “consagrado”, podendo nós sempre imaginar que, juntamente com o templo que mandou erigir, o promotor simbolicamente se consagrou também. E cá está um caso em que, por se encontrar isolado, não permite pensar que há uma influência anterior, de alguém, ou o propósito de vir a obter proventos socioeconômicos futuros. Certo é que *Salacia*, pela sua excelente localização nas margens do Sado, próxima de importantes fornos cerâmicos, constituiu, desde os primórdios da época romana, relevante empório comercial; e a circunstância de ali se registrar um elegante ex-voto a Júpiter Ótimo Máximo (IRCP 183) mandado lavrar por *Flavia Rufina, emeritensis* que se identifica como *flaminica provinciae Lusitaniae*, honrada, ainda por cima, com o título de *flaminica* (quixá *perpetua*) *municipii Salaciensis*, é sintoma de que, também aí, política, economia e prestígio social andavam de mãos dadas, numa ligação estreita com a capital da Lusitânia.¹⁷

E, na verdade, esses dois documentos podem servir-nos para uma reflexão mais alargada acerca da realidade que neles está subjacente.

De um lado, nos primórdios da aculturação religiosa da cidade, um indígena, que como tal se identifica, ou seja, que disso faz gala ou, pelo menos, não oculta, diligência no sentido de ser erguido um templo em honra do imperador Augusto, em cuja identificação são realçados os aspectos que mais se prendem com o caráter sagrado do seu poder. A escolha da palavra *sacrum*, indefinida, possibilitando uma interpretação ambígua – consagra-se o lugar, consagra-se o edifício, consagra-se o dedicante?... –, embrenha-nos numa mundividência (para usarmos a palavra que escolhemos para título destas reflexões) que, do local, se integra num outro mundo, que até ali lhe seria alheio, mas plenamente aceita. Trata-se de uma atitude individual? Pelo que está gravado na pedra, sim; suspeitamos, porém, que *Vicanus* se

17 Ver também o texto da conferência que apresentei no 1º Encontro de Arqueologia e História, em Alcácer do Sal, realizado em maio de 2009, com o título *Salacia Imperatoria Urbs* (no prelo).

assume não como um *devotus* singular, agindo por impulso íntimo, seu, mas em representação mais não seja do seu agregado familiar, dos seus patrícios, da “sua gente” (diríamos hoje).

Por outro lado, *Flavia Rufina* é emeritense; veio para ali desde a capital da Lusitânia, certamente em companhia dos seus, movida por intuítos a que não será alheia uma motivação econômica sob a capa do exercício de um cargo político-religioso. Gozava de grande prestígio em *Emerita*, pois ali fora eleita flamínia provincial (e sabemos quanto isso significaria para uma família) e a cidade outorgara-lhe a honra de flamínia perpétua, o que também diz muito do seu poder local. Vem para o *municipium Salaciensis*; e aí é também eleita flamínia, sem que o texto da epígrafe seja suficientemente explícito para se compreender se, além de uma primeira eleição como flamínia – função a exercer apenas uma vez e anual –, terá havido depois uma eleição honorífica como “perpétua”, pois a construção da frase (*item coloniae Emeritensis perpetua et municipii Salaciensis*) pode ser entendida como se também de *Salacia* fora *perpetua*.

Segundo sei, não parece haver objeções à proveniência, que advoquei em 1984, desse monumento da capela de São João dos Azinhais, já na freguesia do Torrão, nos arredores do núcleo urbano de *Salacia*. Haveria aí, decerto, um santuário rural, de enorme devoção da população local desde tempos anteriores à criação da cidade romana e cuja sacralidade se manteve ao longo dos séculos, como se sabe.¹⁸ Não terá sido, portanto, casual essa escolha para a solene colocação do monumento a Júpiter. Penso, como escrevi em 1984, que poderá ter sido uma ara “a que falta o capitel e a parte superior do fuste”, atendendo a que, explicito-o agora, os baixos-relevos laterais poderiam substituir uma escultura, que, pelas dimensões da pedra (78 x 58,5 x 52 cm), haveria de ter alguma imponência e seria dispendiosa, portanto. Ora, essa integração do culto ao deus maior dos romanos, muito presumivelmente

18 Cf. ALMEIDA, D. Fernando de e PAIXÃO, Judite e António Cavaleiro. Monumentos arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal). *Setúbal Arqueológica*, IV, 1978, p. 215-226. Jorge Feio tem-se dedicado a estudar alguns monumentos do sítio, cujo interesse realça a sua importância multissecular. Veja-se, por exemplo: FEIO, Jorge, “Vestígios da cristianização em torno do rio Sado: o caso de São João dos Azinhais”, In: *Actas do II Congresso de História do Alentejo Litoral*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010, p. 35-51.

na época flávia, num local de forte tradição religiosa local, por iniciativa de alguém que, embora vindo de fora, aí ganha prestígio e poder de iniciativa, reveste-se de amplo significado cultural: logo nos primeiros anos do Império, em pleno centro urbano (supõe-se), um indígena manda erguer um templo (ou, mais verossimilmente, um *templete*); umas décadas mais tarde, o processo de aculturação é tal que culmina, digamos assim, numa cerimônia ritual (não o duvido) num local do *ager Salaciensis* pleno de simbolismo, impregnado de tradição. Poderá sempre pensar-se que o D · D final não é suscetível de se desdobrar em *decreto decurionum* – a implicar uma ação oficial, “por decreto dos decuriões” – mas sim em *dono dedit* ou *dedit dedicavitque*, “ofereceu, deu e dedicou” – a mostrar uma atitude individual; mas, de um modo ou de outro, poderá a dedicatória feita por uma flamínia ser... um ato individual? Casam-se, pois, aqui as duas mundividências. E a águia imperial (fig. 5)¹⁹ com o raio de Júpiter a dominar o mundo lá está para recordar a mais íntima ligação ao panteão romano e... a Roma, com todo o seu cortejo de idiosincrasias políticas, sociais, econômicas e religiosas!



Figura 5: Baixo-relevo, representando a águia imperial, que decora a face lateral esquerda de IRCP 183.

19 IRCP 183. Sobre o baixo-relevo da águia, pode ver-se: ENCARNAÇÃO, José d'; e TRINDADE, Luísa. A águia numa epígrafe romana do Museu Regional de Évora. *A Cidade de Évora* (Boletim de Cultura da Câmara Municipal), II série, 1, 1994-1995, p. 171-177.

A TÊSSERA DE UMA OUTRA MUNDIVIDÊNCIA

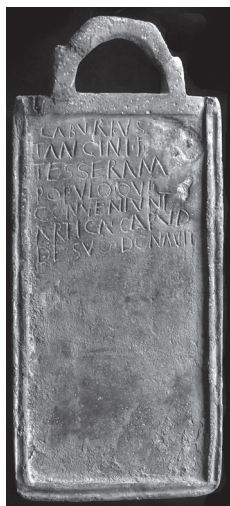


Fig. 6: Têssera de bronze, proveniente de lugar incerto do Nordeste alentejano, no termo do *ager Emeritensis*.

Já tive ocasião de dar a conhecer um pequeno documento epigrafado, de bronze, que ostenta estranha inscrição.²⁰

Identifiquei as premissas que me inclinam a considerá-lo passível de ser autêntico, mau grado a incorreção gramatical da frase (uma concordância *ad sensum*) e a incapacidade que temos, por enquanto, em captar o verdadeiro significado histórico dessa *têssera*. Mais fácil seria, de fato, atirá-la para o número das falsificações; contudo, não só as análises feitas²¹ como, sobretudo, a identificação – nada corrente, mas verossímil – do agente levam-me a defender, até prova em contrário, a forte possibilidade de estarmos diante de um documento autêntico.

O texto nele gravado diz o seguinte (fig. 6):

CABVRIVS
TANGINI · F(*ilius*) ·
TESSERAM
POPVLO · QVI ·
CONVENIVNT
ARTICA · CAPVD
DE · SVO · DONAVIT

20 ENCARNAÇÃO, José d'. Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma têsseira de bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12/1 2009, p. 127-138. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/13556>.

21 Em anexo à comunicação “Dos minérios e das epígrafes em tempo de Romanos”, apresentada em Vila Velha de Ródão, a 19 de junho de 2010, ao VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas do Sudoeste Europeu, que aguarda publicação nas respectivas atas, juntei brevíssima descrição dos exames laboratoriais levados a efeito por Sara Leite Fragoso e Solange Muralha.

Poderíamos traduzi-lo assim:

“Cabúrio, filho de Tangino, deu, a expensas suas, a tésseira ao povo que se congregou em Ártica capital.”

Se *Tanginus* constitui nome deveras comum no contexto lusitano, o certo é que de *Caburius* poucos exemplos se conhecem e não acredito que um falsário pegue em nome de tão escassa representação para fazer crer que a *tésseira* que forjara era verdadeira. Além disso, uma falsificação visa a um objetivo econômico ou científico. Nesse caso, nem econômico²² – porque sei da possibilidade da peça vir a ser doada ao Museu Nacional de Arqueologia –, nem científico, porque não estamos aqui para dar brilho histórico a determinada localidade, pois de uma eventual *Artica Capud* nada se sabe, nem o texto em si – caso o datemos, como sugiro, de finais do século I a.C. – aponta para episódio importante da luta entre romanos e lusitanos. Poderá, um dia, trazer acerca disso alguma luz; mas será uma luz ‘histórica’ de que, aparentemente, não resultarão louros para ninguém.

E por que razão, nesse caso, trazer esse documento à colação num texto em que se analisam mundividências – a indígena e a romana – em confronto? Precisamente por isso! Porque, qualquer que venha a ser a interpretação mais cabal a dar a esse singelo texto, temos aqui, desse prisma de análise, alguns dados a merecer reflexão.

Primeiro, o uso de uma *tésseira* de bronze, tipologia e material muito próprios dos romanos, como outros achados o têm agora documentado;²³ depois, o uso atabalhado da língua latina, reflexo claro (a meu ver) de uma linguagem oral ainda não suficientemente

22 Pelo que sei das mãos pelas quais a peça tem passado, pese muito embora ter sido adquirida num antiquário, resultante, muito provavelmente, de uma pesquisa com detectores de metais em zona não identificada do Nordeste alentejano, *ager de Emerita Augusta*, verossimilmente.

23 No referido texto de 2009, aludo a dois estudos recentes: GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín. No siempre la inscripción es lo más importante. Un bronce de Gallur (Zaragoza) y las *tesserae pagi*. In: Juan Francisco RODRÍGUEZ NEILA, Juan Francisco (Ed.). *Hispania y la Epigrafia Romana: Cuatro Perspectivas*. Faenza, 2009, p. 83-131; BELTRÁN LLORIS, Francisco. Rural communities and civic participation in Hispania during the Principate. In: MARCO SIMÓN, Francisco; F. PINA POLO, Francisco e REMESAL RODRÍGUEZ, José (Eds.). *Repúblicas y ciudadanos: modelos de participación cívica en el mundo antiguo*. Barcelona, 2006, p. 257-272.

bem captada para uma transcrição escrita; finalmente, independentemente do significado mais profundo, do ponto de vista histórico, que haja sido atribuído a essa entrega, a expensas suas, de um documento identificativo ao representante de um povo que acorreu ao chamamento e se reuniu, para efeitos de estratégia militar, de organização territorial, de *concilium*... há, aqui, o incipiente entrecruzar de duas mundividências, caso consideremos, como parece ser razoável, que se trata de uma iniciativa da população indígena, a agir à semelhança do que viu por parte dos romanos com quem contactou ou do que estes lhe disseram que se deveria fazer.

Tenho a certeza de que esse documento, pelo seu teor, vai despertar muita reflexão, mormente no que concerne à sua autenticidade; contudo, creio que ele atesta bem o que almejamos aqui sublinhar: as duas mundividências não entraram em conflito, adaptaram-se.

AS DIVINDADES

Tem sido bastante focada a gradual assunção, por parte dos indígenas, da onomástica latina, pelo que ora me dispenso de voltar ao tema.²⁴ Aí se manifesta também que, no quotidiano, não só a língua latina se vulgariza como, por outro lado, os indígenas acabam por latinizar os seus nomes ou adotar para seus filhos aqueles que detêm um significado concreto, mais suscetível de apreensão imediata: *Avitus*, o mais velho; *Maximus*, o grande; *Amoena*, a bonitinha e meiga; *Primus*, o que nasceu em primeiro lugar; *Rufus*, o de cabelo ruivo... O sistema de identificar alguém com nome e patronímico, como seria comum nas pequenas comunidades pré-romanas, mantém-se durante muitos

24 Ver, a título de exemplo, o que sobre o assunto escrevi em: *Epigrafia – As Pedras que Falam*. 2ª. ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 88-92; Roma e as primeiras culturas epigráficas da Lusitânia Ocidental. In: BELTRÁN, Francisco (Ed.). *Roma y el Nacimiento de la Cultura Epigráfica en Occidente*. Saragoça, 1995, p. 255-269. E também ÉTIENNE, Robert; FABRE, Georges; LE ROUX, Patrick e TRANOY, Alain. Les dimensions sociales de la romanisation dans la Péninsule Ibérique des origines à la fin de l'Empire. *Assimilation et Résistance à la Culture Gréco-Romaine dans le Monde Romain* (Travaux du VI^e Congrès International d'Études Classiques, Madrid, 1974). Bucarest-Paris, 1976, p. 95-107.

anos, de forma que temos inscrições datáveis de até meados do século I da nossa era, em que não é raro encontrar *Coelius Maelonis* ou uma *Amoena Silonis filia*, por exemplo. E mesmo quando se começam a adotar os *tria nomina* à maneira romana (*praenomen*, *nomen* e *cognomen*), esse modo de mencionar a filiação pode manter-se (*C. Curius Pulli filius Firmanus* – fig.7) e não raro o nome pré-romano vai permanecer como *cognomen*: *C. Iulis Letondo*.

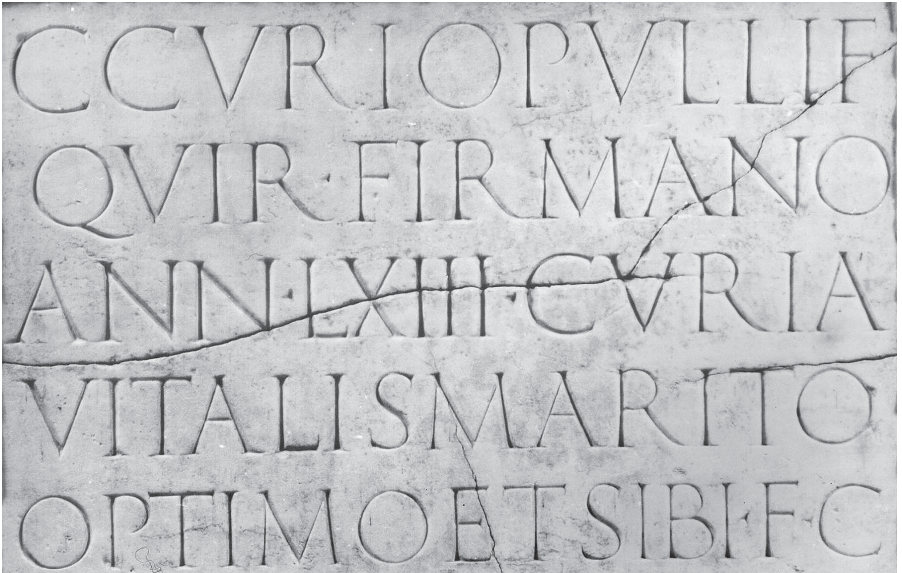


Figura 7: Inscrição de uma suntuosa placa a inserir num mausoléu, procedente da *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova).

Sendo a onomástica – pela sua visceral ligação à pessoa e às famílias – um dos aspectos culturais em que a tradição mais arraigada se mostra, o que acaba de referir-se mostra como as duas mundividências também nesse domínio se entrecruzam.

É, contudo, no quadro da idiossincrasia religiosa que tal tolerância – para usarmos uma palavra usual nos nossos dias – mais se manifesta.

Sirvam-nos, para o demonstrar, dois testemunhos: o de colonos que chegam e veneram as divindades locais; e o de um grupo étnico

pré-romano que faz gala da divindade sua protetora, ainda que a homenageie segundo os modelos estéticos e formais romanos.

Assim, na penedia existente num castro, *Decimus Manlius*, da tribo *Aemilia*, grava o seu peito de devoção *Diis Peinticis*.²⁵ Não conhecemos outro testemunho do culto a essas divindades; todavia, cremos não estar longe da verdade se imaginarmos que, recém-chegado ao local que achou bom para nele se instalar, este colono²⁶ haja seguido os preceitos hauridos de seus antepassados e não tenha querido abrir sulco no ventre da terra-mãe sem obter prévio consentimento das divindades locais, oferecendo-lhes sacrifícios de propiciação, que decidiu eternizar na pedra através da inscrição. Decerto procurou entender-se com os indígenas e terá sido essa estranha palavra *Peinticis* que deles percebeu. Ato de mera superstição? Talvez. Mas... não poderia *Decimus* ter queimado essências em honra a Júpiter ou a Cíbele? Poderia. Preferiu, porém, os deuses locais, integrando-se, assim, na mundividência das gentes com as quais passaria doravante a conviver.

Noutro local, Quinto Sabínio Floro acabou por ser menos feliz (diríamos) ou menos solícito (também poderá ter sido...). Em vez de procurar saber que divindade protegia o local onde deliberara instalar-se, optou por levantar altar ao Gênio, subentendendo-se que seria o númen tutelar do sítio, sem qualquer adjetivo. Uma divindade romana, sim, mas, por conseguinte, de atribuições locais, em simbiose.²⁷

Tivemos ocasião de nos debruçar recentemente²⁸ sobre dois altares achados no mesmo local e que, pelos textos que ostentam, provam, de forma insofismável, o que temos afirmado: cada entidade populacional pré-romana²⁹ detinha as suas divindades protetoras,

25 Vide ENCARNAÇÃO, José d'. *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975, p. 257-258.

26 A sua qualidade de colono deduz-se não apenas da onomástica, não corrente na epigrafia local, mas sobretudo por se dizer cidadão inscrito na tribo *Aemilia*, até agora não registrada como pertencendo a alguma cidade peninsular, mas sim de cidades itálicas.

27 Tanto *Sabinius* como *Florus* são antropônimos invulgares na epigrafia peninsular, daí ter-se concluído pela sua origem alheia à península Ibérica. Cf. <http://www.eda-bea.es/> registo nº 6946 (com mais bibliografia).

28 Vide ASSUNÇÃO, António; ENCARNAÇÃO, José d'; e GUERRA, Amílcar. Duas aras votivas romanas em Alcains. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 12 (2), 2009, p. 177-189.

29 Desconhecemos que nome lhe devemos dar, ainda que, na sequência do que Maria

cujo nome derivava ou do local (característica tópica) ou do ‘povo’ seu protegido (característica etnônímica).

Num dos altares, *Lucius Attius Vegetus* venera *Asidia Poltucea*,

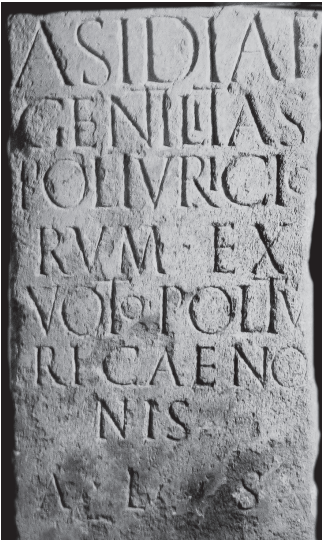


Figura 8: Ex-voto à divindade indígena *Asidia*, identificado em Alcaíns, no termo da *civitas Igaeditanorum*.

utilizando uma fórmula bem latina: *votum libens solvit*, “cumpriu o voto de livre vontade”. No outro, o dedicante é coletivo, a *gentilitas Polturiciorum*, que age, porém, não por iniciativa própria, mas em consequência do voto de Polturício, filho de Cenão (fig. 8). *Vegetus* identifica-se com os *tria nomina*, mas suspeitamos que se trata de um indígena romanizado, pois não menciona o patronímico e porque *Vegetus* é um daqueles *cognomina* que, apesar de etimologicamente latino, se relaciona muito com o universo concreto da Península Ibérica, a ponto de Iiro Kajanto, que fez o balanço das ocorrências dos *cognomina* latinos no Império

Romano, ter assinalado que, em 67 testemunhos que encontrou, 28 estão registradas nessa península.³⁰ Por consequência, no campo que ora nos prende, o das mundividências em confronto,

estamos aqui no âmago da questão: os dedicantes são indígenas (de primeira e segunda geração) e latinizaram os seus nomes; a divindade tem designação que resulta claramente de uma fonética pré-romana; à unidade suprafamiliar deu-se o nome de *gentilitas* e, sem um respeito estrito pelas regras gramaticais – que, logicamente, eram desconhecidas – o antropônimo *Polturius*, que identifica seguramente o fundador

de Lourdes Albertos preconizou, optemos amiúde pela expressão, vaga mas elucidativa, “unidades suprafamiliares”, pois se parte do princípio que esses grupos derivam, como é normal, de um antepassado comum... *Castellum, gens, gentilitas, populus, centuria, civitas...* são algumas das designações por que, de vez em quando, se terçam armas, alinhando argumentos a favor de uma contra outra. Em meu entender, trata-se, com frequência, de discussão acadêmica: primeiro, porque de poucos elementos dispomos para se alcançarem certezas; depois, porque, identificando grupos populacionais cujo elo de ligação terá sido, muito provavelmente, os laços familiares, a designação afigura-se-me aleatória, desprovida de conteúdo administrativo.

30 KAJANTO, Iiro. *The Latin Cognomina*. Roma, 1982 (reimp.), p. 247.

da *gentilitas*, a esta deu o seu nome, os Polturícios; e quando se esperaria que o epíteto da divindade seguisse o mesmo caminho, encontramos idêntico radical, sim, mas um sufixo inesperado *-cea*, para dar *Poltucea*. Tudo se passa, portanto, num mundo em que a língua latina e o falar indígena, a idiossincrasia local e a idiossincrasia vinda de fora se casam de forma admirável, sem descontinuidades.

CONCLUSÃO

Retomo, a concluir, as considerações iniciais e a pergunta: é a História objetiva? Poderia, há três décadas atrás, raciocinar dessa forma e sublinhar uma pacífica coexistência cultural entre romanos e indígenas, mostrando que ambos ganharam com o encontro?

Teria mais dificuldade, creio. Não é que a História tenha mudado, que os fatos tenham sido outros! O que mudou foi a forma de os interpretar e analisar, mercê da mentalidade que, pouco a pouco, fomos formando – devedora, repito porque não tenho dúvida, da ‘revolução’ de mentalidades dos anos 1960, da maior abertura da Europa às culturas nativas doutras paragens. A luta pelos direitos do índio; o grito universal pelo direito à diferença, hoje por todos assumido... levaram-nos a ter outro olhar para um período que, afinal, se revelou riquíssimo e deveras enriquecedor, pois dele acabaram por surgir as identidades locais europeias e outras.

Compreendo a posição metodológica de Patrick Le Roux, de que repudia ideias feitas, como a de “romanização”, “romanidade”, “identidade”... São, na verdade, conceitos sobre os quais permanentemente temos de nos debruçar, para lhes captar, em cada momento, o verdadeiro conteúdo – que não é sempre o mesmo, nem no local nem no tempo.

De algo temos a certeza, porém, e o tema deste Encontro advertenos precisamente para isso: “a busca do Antigo”, no que o “antigo” tem de “raízes”, tradição, seiva original (chame-se-lhe o que se quiser), constitui agora, como em todos os tempos, algo que está visceralmente ligado ao Homem. Daí que a História sempre tenha de existir!

O presente volume é, no entanto, o primeiro de uma série que visa a dar continuidade a esse exercício de brindar a sociedade civil e acadêmica com os frutos nascidos de um plantio que alça nossos Estudos Clássicos ao reconhecimento que soube granjear.

Henrique Cairus

*Presidente da Sociedade Brasileira de
Estudos Clássicos*

Organizadoras:

Claudia Beltrão da Rosa - Professora
Associada de História Antiga da UNIRIO.

Juliana Bastos Marques - Professora
Adjunta de História Antiga da UNIRIO.

Norma Musco Mendes - Professora
Associada de História Antiga da UFRJ.

Adriene Baron Tacla - Professora
Adjunta de História Antiga da UFF.

Nas universidades e centros de pesquisa, verifica-se um interesse renovado pelo estudo da Antiguidade. Marginalizada dos currículos universitários até há pouco tempo, a Antiguidade é redescoberta e redefinida, e não é mais imediatamente associada a um conservadorismo político-ideológico ou a uma erudição estéril. Laboratórios, grupos e núcleos de pesquisa em todo o Brasil comprovam que não só é possível fazer História Antiga, mas que se faz pesquisa de qualidade sobre História Antiga no Brasil.

Paralelamente, observamos a crescente veiculação nos meios de comunicação de massa – revistas de divulgação científica, histórias em quadrinhos, filmes com adaptações e ficções históricas, reportagens arqueológicas, séries e outros programas de televisão – de produtos culturais baseados no Império Romano, no Egito faraônico, no mundo bíblico, nos celtas etc.

Os artigos reunidos nesta obra coletiva tiveram como tema precípuo uma dupla análise: por um lado, a renovação, os limites e as possibilidades da História Antiga nas universidades, centros de pesquisa e eventos de caráter científico; e, por outro, a análise da busca do antigo nos mass media, no mercado e no consumo de “bens culturais”.

Apoio:

